



MCE - Consultoria e Engenharia Ltda.

62/002/002/002

01

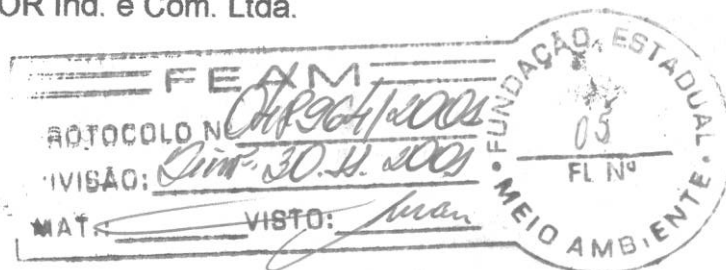
Belo Horizonte, 21 de novembro de 2001

OF/MCE no. 02/2001

Ao Ilmo. Sr. Dr. Paulino Cícero de Vasconcelos  
DD Presidente do COPAM  
Av. Prudente de Moraes, 1.671/ térreo – Bairro Santa Lúcia  
30.380-000 – Belo Horizonte MG

Referência: Auto de Infração no. 245/2001  
De 06/11/2001, de responsabilidade do fiscal FEAM Newton P.T. de Oliveira, contra a MODECOR Ind. e Com. Ltda.

Senhor Presidente,



Com base no artigo No. 26 do Decreto Lei No. 39.424 de 05 de fevereiro de 1998, o autuado, MODECOR Ind. e Com. Ltda., vem por meio deste expediente à presença de V.Sa. para proceder a DEFESA do referido auto de infração pelas razões a seguir expostas:

1. Que imediatamente ao AUTO DE FISCALIZAÇÃO lavrado nas instalações da empresa em 08/10/2001, urgenciou providências no sentido da contratação de empresa de consultoria, tendo protocolado junto a esta instituição o Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE) com vistas ao início do seu processo de licenciamento corretivo.
2. Que a despeito de estar operando sem o devido licenciamento, a empresa coadunada com os elevados conceitos de cidadania e preservação ambiental, conta desde o mês de julho de 2001, com ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS, conforme fotografias em anexo e como pôde ser atestado pelo fiscal da

Quint/avcc 001

FEAM durante sua diligência de fiscalização. Em adição, seu processo industrial conta com:

- Cabinas de pintura de deposição eletrostática (que não produzem efluentes atmosféricos);
  - Cabinas de pintura e aplicação de verniz que já apresentam meios de controle de emissões atmosféricas (cortina d'água);
  - Setor de lixamento de madeira que já apresenta ciclones para eliminação de materiais particulados;
  - Canaletas de efluentes líquidos de lixamento de ardósia que dispõem de cubas para decantação de resíduos sólidos.
3. Que a empresa mantém acordo com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), tendo à suas expensas promovido o plantio de mais de 1.000 (mil) mudas de espécies arbóreas indicadas para o plantio por técnicos daquele Instituto, conforme documentação anexa.
  4. Que a empresa pela sua importância na economia do município e de forma cidadã, sempre buscou estar ao lado das legítimas necessidades do povo daquela cidade, tendo sido agraciada no ano de 2001 com o troféu conferido pela Prefeitura Municipal de Tocantins como a "Melhor Empresa Regional".
  5. Que o seu mercado de atuação passa por grave momento de recessão, tendo forçado a empresa, à guisa da preservação dos 120 empregos diretos, a recorrer ao expediente de folgas e jornadas reduzidas de seus colaboradores.
  6. Que consideradas empresas de igual porte no estado, a MODECOR Ind. e Com. Ltda. pela consciência de seus dirigentes, sempre esteve



preocupada com os aspectos de conservação ambiental, não estando a dever nada às outras empresas semelhantes, conforme pode ser observado no anexo fotográfico que segue junto a esta defesa.

7. Que neste momento de crise da economia brasileira, particularmente do segmento moveleiro, a imposição de sanção econômica será, sem dúvida, complicadora para a empresa, que, sem ter como fazer frente a esta obrigação, pode ter que recorrer ao nefasto expediente de reduzir o quadro de colaboradores.
8. Que a empresa, consciente do equívoco cometido no passado, não por má fé, se compromete junto a esta Fundação a, de forma competente e séria, dar seqüência ao processo de licenciamento ambiental, cumprindo todos os ditames necessários a que nenhum dano ambiental resulte de sua atuação.
9. Que a empresa MCE Consultoria e Engenharia Ltda., está formalmente contratada para conduzir o processo de licenciamento ambiental corretivo, razão pela qual é signatária conjunta desta solicitação.

**“Como se nota, o que pode ser dito a respeito da empresa autuada é que se trata de uma das que mais se preocupa com a questão ambiental em seu ramo e na região em que está localizada.**

**De importância capital para a economia municipal a MODECOR, de fato, sempre cumpriu o que determina a legislação ambiental.**

**O que ocorreu é que, até por falta de contato com órgãos do setor, não houve uma formalização da situação da empresa.**

**Entretanto, entendemos que do ponto de vista estritamente da preservação ambiental, é preferível uma empresa que, na prática, respeite o meio ambiente, mas que não esteja formalmente regularizada a outra, que apesar de estar burocraticamente correta, de fato, seja uma poluidora sem cuidado algum com este importante patrimônio de todos nós.**



Neste sentido é bom que se ressalte que o primeiro contato de um funcionário/fiscal da FEAM, ou de qualquer outro órgão ambiental, com a empresa só se deu na data de 08/10 próximo passado.

Nesta visita/fiscalização foi constatada a situação fática satisfatória da empresa, eis que, foi convocada tão somente para que, no prazo de 30 dias, iniciasse seu processo de licenciamento corretivo.

Desta feita, em 06/11 a empresa, através de assessoria especializada, protocolou junto à esta fundação o "Formulário de Caracterização de Empreendimento", dando início à regularização de sua situação, conforme fora convocada a fazer.

Assim a empresa deu início, no prazo em que lhe foi determinado, a um processo corretivo, ou seja, salvo melhor juízo, não há motivo que justifique a aplicação de multa à empresa, quando muito, deve ser advertida, penalidade muito mais adequada aos fatos ocorridos.

Em verdade, levando-se em conta que a empresa foi convocada a fazer algo entendemos que só teria cometido uma infração se descumprisse o que lhe foi determinado, ou seja, estaria sujeita ao cometimento de uma infração leve, conforme disposto no número 2, do §1º do Artigo 19 do Decreto Nº39.424, que assim dispõe:

**Art. 19 - Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas.**

**§ 1º - São consideradas infrações leves:**

(...)

**2 - deixar de atender a convocação para licenciamento ou procedimento corretivo, formulada pelo COPAM ou pelos órgãos seccionais de apoio.**

Neste caso, o que pode ter ocorrido é que o agente responsável pela emissão do Auto não tivesse tido conhecimento de que a empresa cumpriu, no prazo determinado, o que lhe foi determinado.





Além disto, deve-se levar em conta que todas as circunstâncias existentes no caso são atenuantes, eis que a empresa tinha pouco conhecimento da legislação específica, é primária, tem excelentes antecedentes, se dispôs imediatamente a corrigir a falha, não chegou a haver qualquer degradação ao meio ambiente e colaborou incondicionalmente com o órgão fiscalizador. Ou seja, a análise de qualquer texto legal que trate de descrição de circunstâncias aplicadas ao caso será totalmente favorável à empresa.

Dentre estes dispositivos podemos citar o Art. 37, do DECRETO Nº 99.274 DE 06.06.1990 - DOU 07.06.1990 e o §1º do Art. 21, I, do DECRETO Nº 39.424.

Pode-se dizer ainda que, ao cumprir o que lhe foi determinado e contratar um escritório especializado, a empresa firmou, tacitamente, um Termo de Compromisso, o que suspenderia a aplicação de qualquer sanção.

Pelas razões expostas, vimos respeitosamente solicitar de V.Sa. e da Câmara de Atividades Industriais a REVOGAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO No. 245/2001.

“Em assim não entendendo, que seja transformada a penalidade aplicada em advertência, conforme previsão do inciso I do Artigo 18 do DECRETO 99.274 e do inciso I do Artigo 16 da Lei 7.772/1980, tornando-a mais razoável e condizente com os fatos ocorridos.

Requer ainda a recorrente que lhe seja comunicado o dia do julgamento para que possa produzir defesa oral.”

Na certeza de poder contar com sua compreensão e colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

*P.P.*  
\_\_\_\_\_  
MODECOR Ind. e Com. Ltda.  
Luiz Henrique Pires

\_\_\_\_\_  
MCE Consultoria e Engenharia Ltda.  
Mario Sérgio Correa Dias